



CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
VARA DO TRABALHO DE TUPÃ

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2014, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 1/2014, divulgado em 7/1/2014 no DEJT (Edição Nº 1.388/2014 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 1 e 2). Presente o Juiz do Trabalho Titular Pedro Marcos Olivier Sanzovo. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAP1G, e-Gestão e PJe1G, apurou-se, no período de 26/6/2013 a 27/2/2014, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	DESDE
PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	29/10/2007

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
15/7 a 13/8/2013	Férias	MARCOS ROBERTO WOLFGANG
25/11/2013 a 8/1/2014	Licença-saúde	25/11/2013 – Não houve 26 e 27/11/2013 – ARTHUR ALBERTIN NETO 30/11 a 19/12/2013 – ARTHUR ALBERTIN NETO 7 e 8/1/2014 - ADRIEL PONTES DE OLIVEIRA

2 – QUADRO DE SERVIDORES (7/2/2014):

a) Lotação:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALCIDES PEREIRA DA SILVA	REM	-	4/2/2002
ANTONIO BALBO	TJA	FC-4 Calculista	14/2/2005



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	AJ-OJA	-	27/12/1990
FERNANDO PINTO ALEXANDRE	TJA	CJ-3 Diretor de secretaria	10/12/2013
GISELI MARTINS RODRIGUES	TJA	FC-2 Assistente	1/10/2004
LUIS HENRIQUE PEREIRA MARTIN	AJJ	FC-5 Assistente de Juiz	20/8/1999
MARCIA REGINA BOMBARDA DE PONTES	TJA	FC-4 Secretário de audiência	6/6/1997
MARCO ANTONIO BOCHI PEREIRA	AJ-OJA	-	27/5/2002
PAULO ROBERTO DESSY MARTINEZ	REQ	FC-1 executante	22/7/1991
ROBERTO MITSUO KAWANO	REQ	FC-1 executante	12/2/1997
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	AJA	FC-5 Assistente de diretor	6/6/1997
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			9-10
LOTAÇÃO IDEAL (DELTA – TRT 15ª REGIÃO)			7

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador

AJA – Analista Judiciário – área administrativa

AJJ – Analista Judiciário – área judiciária

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

REM – Removido de outro órgão

REQ – Requisitado de município

b) Ausências, exceto férias – 26/6/2013 a 31/1/2014:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO	DIAS
ALCIDES PEREIRA DA SILVA	Compensação (plantão)	2 e 3/9/2013	2
	Licença-saúde	6 a 19/12/2013	14
ANTONIO BALBO	Viagem a serviço	26 a 28/6/2013	3
CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	Compensação (plantão)	24/7/2013	1
	Curso TRT	14 a 16/8/2013	3
	Compensação (plantão)	2/12/2013	1
	Viagem a serviço	4/12/2013	1
GISELI MARTINS RODRIGUES	Viagem a serviço	26 a 28/6/2013	3
	Licença-saúde	3/9/2013	1
	Compensação (eleição)	4/11/2013	1
	Compensação (eleição)	19/12/2013	1
	Licença-saúde	21/1/2014	1
MARCO ANTONIO COCHI PEREIRA	Compensação (eleição)	8 e 9/8/2013	2
	Compensação (recesso)	26/11/2013	1
	Compensação (plantão)	27/11/2013	1
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	Viagem a serviço	4/12/2013	1
TOTAL DE			37

c) Estagiários (10/2/2014):

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ERALDO JOSÉ PESSOTTI CRISTINO FILHO	CIEE	16/2/2014
JOÃO VICTOR DIAS BARBOSA	CIEE	16/2/2014

d) Ações de capacitação – 2013 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Escola Judicial)

JUIZ TITULAR	HORAS
PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	38

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	24
FERNANDO PINTO ALEXANDRE	24
MARCIA REGINA BOMBARDA DE PONTES	300
MARCO ANTONIO BOCHI PEREIRA	240
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	120

3 – QUADRO SINTÉTICO – FASES PROCESSUAIS (Junho a dezembro de 2013):

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	130
	Aguardando encerramento da instrução	219
	Aguardando prolação de sentença	39
	Aguardando cumprimento de acordo	103
	Solucionados pendentes de baixa na fase	408
	Subtotal	899
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	143
	Liquidados pendentes de baixa na fase	124
	Subtotal	267
EXECUÇÃO	Pendentes de execução	1.334
	Encerrados pendentes de baixa na fase	501
	Subtotal	1.835
TOTAL		3.001

4 – INCIDENTES PROCESSUAIS – (Junho a dezembro de 2013):

(fonte: e-Gestão)

TIPO	ACERVO/NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de Declaração	52	48	4
Exceções de Incompetência	20	15	5
Antecipações de Tutela	4	4	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	8	4	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos à Execução	67	46	21
Embargos à Arrematação	2	0	2
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-executividade	5	3	2
TOTAIS	159	120	39

5 – RECURSOS – (Junho a dezembro de 2013):

(fonte: e-Gestão)

TIPO	ACERVO/NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Recurso Ordinário	225	224	1
Recurso Adesivo	19	19	0
Agravo de Petição	42	35	7
Agravo de Instrumento	3	3	0
TOTAIS	289	281	8

6 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2014):

(fonte: Vara do Trabalho)

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	TURNO (Manhã/Tarde)	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL	3ª a 5ª feira	Manhã/Tarde	2
UNA SUMARÍSSIMO	3ª a 5ª feira	Manhã/Tarde	5
UNA ORDINÁRIO	3ª a 5ª feira	Manhã/Tarde	3
INSTRUÇÃO	3ª a 5ª feira	Manhã/Tarde	2
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	3ª a 5ª feira	Manhã/Tarde	1

7 – PRAZOS MÉDIOS:

(fonte: e-Gestão):

a) Conhecimento (Junho a dezembro de 2013):

Do ajuizamento da ação até:		Qtde	Dias
a realização da 1ª audiência	Rito Sumaríssimo	177	34,21
	Exceto Rito Sumaríssimo	272	49,52
	Total/Média	449	41,87
o encerramento da instrução	Rito Sumaríssimo	291	58,65
	Exceto Rito Sumaríssimo	386	151,90
	Total/Média	677	105,27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

a prolação da sentença	Rito Sumaríssimo	176	67,63
	Exceto Rito Sumaríssimo	251	166,84
	Total/Média	427	117,23

b) Fase de liquidação (Junho de 2013 a Dezembro de 2013):

Fase de Liquidação		Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação	Rito Sumaríssimo	25	97,16
	Exceto Rito Sumaríssimo	99	208,03
	Total/Média	124	152,59

c) Fase de execução (Junho de 2013 a Dezembro de 2013):

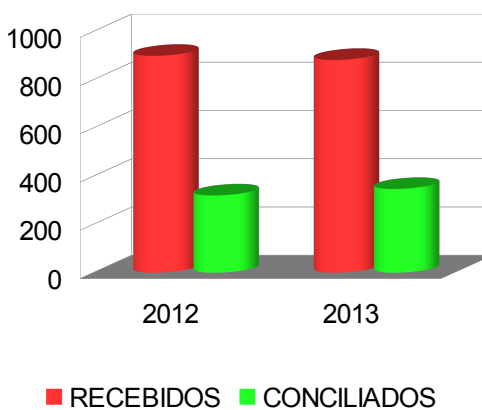
Do Início ao Encerramento da Execução		Qtde	Dias
Entre Privado		169	2.220,29
Entre Público		15	1.110,87
Total/Média		184	1.665,58

8 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

a) Índice de conciliações:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	ÍNDICE %
2012	899	320	35,59
2013	882	347	39,34





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

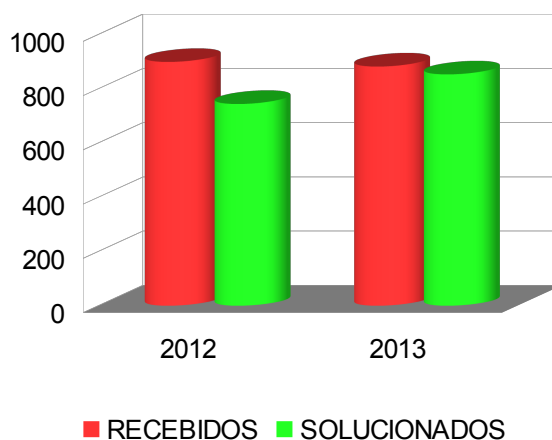


CORREGEDORIA REGIONAL

b) Índice de soluções:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	ÍNDICE %
2012	899	744	82,76
2013	882	853	96,71



c) Índice de baixas:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	ÍNDICE %
2012	899	812	90,32
2013	882	806	91,38





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



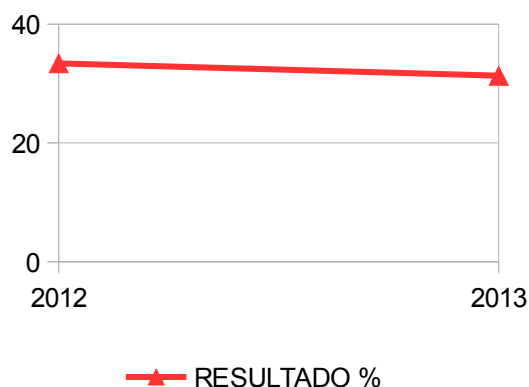
CORREGEDORIA REGIONAL

d) Índice de congestionamento no conhecimento (da autuação à solução):

(fonte: e-Gestão)

ANO	SOLUCIONADOS	ACERVO	NOVOS	RESULTADO %
2012	744	218	899	33,39
2013	853	360	882	31,32

(razão de retenção entre os processos solucionados sobre o acervo mais processos novos em um dado período anual)



9 – RELATÓRIO DE AUDIÊNCIAS – (26/6/2013 a 12/1/2014):

(fonte: SAP IG)

Obs.: eventuais divergências podem decorrer do saneamento do banco de dados em virtude da implantação do e-Gestão.

a) Adriel Pontes de Oliveira

AUDIÊNCIAS	
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	2
TOTAL	2

b) Arthur Albertin Neto

AUDIÊNCIAS	
RATIFICAÇÃO DE ACORDO	5
INICIAL	7
INSTRUÇÃO	6
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	18
CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	25
UNA RITO ORDINÁRIO	10
UNA RITO SUMARÍSSIMO	11
TOTAL	82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

c) Marcos Roberto Wolfgang

AUDIÊNCIAS	
RATIFICAÇÃO DE ACORDO	4
INICIAL	24
INSTRUÇÃO	17
CARTA PRECATÓRIA	3
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	10
CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	4
UNA RITO ORDINÁRIO	20
UNA RITO SUMARÍSSIMO	20
TOTAL	102

d) Pedro Marcos Olivier Sanzovo:

AUDIÊNCIAS	
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EM LIQUIDAÇÃO	1
RATIFICAÇÃO DE ACORDO	44
INICIAL	112
INSTRUÇÃO	76
JULGAMENTO	20
CARTA PRECATÓRIA	13
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	299
CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	44
UNA RITO ORDINÁRIO	156
UNA RITO SUMARÍSSIMO	135
TOTAL	900

10 - METAS – CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT/15:

(fonte SAP 1G e e-Gestão)

a) Meta 1 do CNJ – 2014 *(julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):*

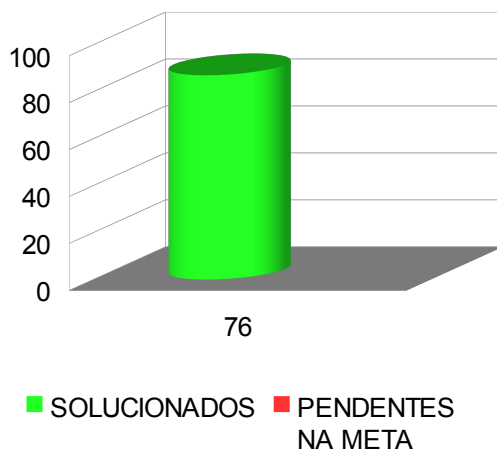
RECEBIDOS ATÉ 12/2/2014	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO %
76	87	0	100,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

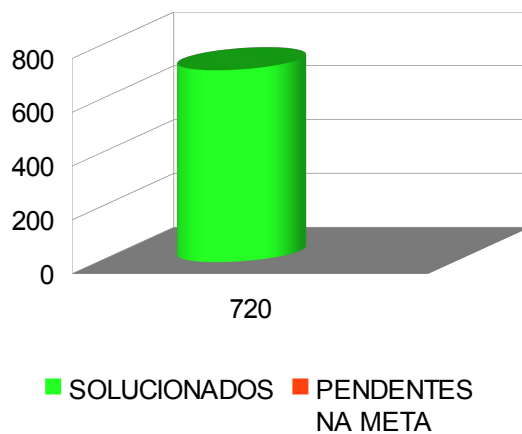


CORREGEDORIA REGIONAL



b) Meta 2 do CNJ – 2014 (identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2011:

RECEBIDOS EM 2011	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO %
720	713	0	100,00



c) Meta 2 do CNJ – 2014 (identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2012:

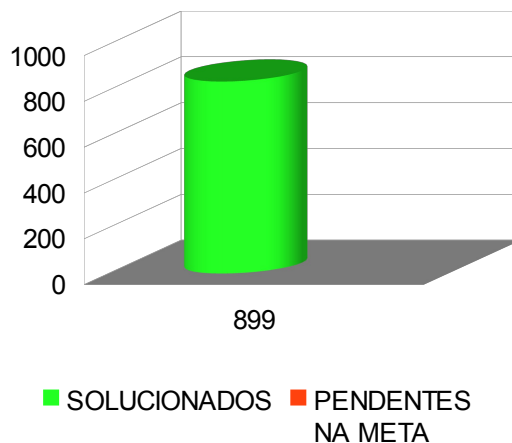
RECEBIDOS EM 2012	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO %
899	838	0	100,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL



d) Meta 7 do TRT 15ª Região – 2014 (baixar para 0% o índice de processos antigos no 1º grau – protocolo anterior a 2 anos):

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	SALDO
2006	742	741	1
2007	700	700	0
2008	627	626	1
2009	1.096	1.096	0
2010	694	690	4
2011	720	713	7
2012 (até 12/2/2012)	82	82	0
TOTAL	4.661	4.648	13
ÍNDICE ALCANÇADO			0,28
GRAU DE CUMPRIMENTO			99,72

e) Meta 17 do TRT 15ª Região – 2014 (reduzir para 50% a taxa de congestionamento na fase de execução):

BAIXADOS	ACERVO	INICIADOS	RESULTADO %
249	1.745	286	87,74

11 – PENDÊNCIAS – 12/2/2014:

(fonte: SAP IG e e-Gestão):

NATUREZA		QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
CARGAS VENCIDAS	Advogados	25	13/1/2014
	Peritos	5	28/11/2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	Procuradores Públicos	4	31/1/2014
BACENJUD		0	
BNDT		0	
CADASTRO CNPJ/CPF		15	

12 – ARRECADAÇÃO – (1/6/2013 a 31/12/2013):

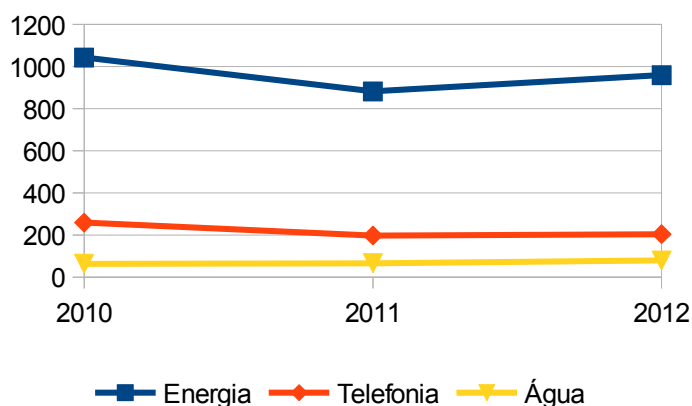
(fonte e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$33.987,54	R\$414.605,94	R\$1.344,13	R\$794.870,72

**13 - MÉDIA MENSAL DE DESPESAS DA UNIDADE (Metas 13, 14 e 15 do
Plano Estratégico do TRT):**

(fonte Diretoria Administrativa)

ANO	Energia	Telefonia	Água
2010	R\$1.042,58	R\$258,22	R\$62,91
2011	R\$881,92	R\$197,46	R\$65,61
2012	R\$959,11	R\$203,68	R\$78,41



14- DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR (item 18.2 da ata):

Cumpridas.



CORREGEDORIA REGIONAL

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

- ▶ não se pronuncia acerca da admissibilidade dos recursos (processos nºs 951-34.2012, 461-75.2013 e 904-60.2012, por amostragem). Determina-se ao Juízo a observância do normativo.
- ▶ registra no sistema SAP1G os atos processuais relevantes;
- ▶ faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD (processos nºs 93400-16.2009, 847-42.2012 e 14-87.2012, por amostragem) e demais convênios;
- ▶ procede, quando cabível, à liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação (processos nºs 599-26.2010, 774-07.2011 e 390-10.2012, por amostragem).
- ▶ determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (processos nºs 29900-73.2009, 106600-90.2009 e 93400-16.2009, por amostragem).

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 7, 8 e 10.

16 - RECOMENDAÇÕES:

- ▶ controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ e do Plano Estratégico do TRT, assim como a implantação do sistema de autuação integrada com a 2ª instância, se for o caso;
- ▶ observância às regulamentações da Lei 11.788/2008, aos Atos Regulamentares nºs 1 e 5/2009 e ao Comunicado da Presidência nº 18/2012, assim como à Recomendação GP nº 2/2013, no que pertine aos estagiários;
- ▶ encaminhamento de cópia de sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012 e da Recomendação Conjunta GP.CGJT 2/2011;
- ▶ consulta prévia ao sítio do E. TST (emissão de CNDT) quando da liberação de valores sobejantes ao executado, no caso de não existirem na unidade outras execuções em curso, para disponibilização de numerário a outras unidades;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



► prioridade na utilização do malote digital, correio eletrônico, canal DIRETOR e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone, para redução dos gastos com telefonia e papel;

► exposição da Bandeira do Tribunal (aprovada pelo Tribunal Pleno na Sessão Ordinária de 2/10/2003 – Processo VP nº 12/2003), na sala de audiências, do lado esquerdo da bandeira do Brasil.

17 – DETERMINAÇÕES:

a) Aos Juízes (Titular, Substituto e Auxiliar) que:

► na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos do Sistema SAP1G e e-Gestão, visando à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

► priorizem a redução dos prazos médios no rito sumaríssimo, assim como no ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos do rito sumaríssimo, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT;

► desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, trabalho que importe acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução;

► apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST.

b) Ao(À) Diretor(a) de Secretaria que:

► informe à Corregedoria, no prazo de 5 dias, sobre a devolução de todos os processos com carga vencida (item 12 desta ata);

► promova o saneamento das inconsistências e atrasos dos processos constantes dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

relatórios de “processos sem tramitação”;

► cobre/mantenha a cobrança de cargas vencidas com a fixação de prazo para a devolução dos autos, fixando-se cominações;

► cumpra sempre os despachos em única etapa;

► observe o **Comunicado CR** nº 5/2013, o **Comunicado DGCA** nº 32/2012, os **Comunicados GP** nº 15/2012, 37/2012, os **Comunicados GP-CR** nºs 23/2011, 57/2011, 75/2011, 86/2011, 107/2011, 110/2011, 121/2011, 11/2012, 29/2012, 40/2012, 42/2012, 44/2012, 66/2012, 68/2012, 5/2014, 6/2014, 7/2014 e 8/2014, a **Portaria CR** nº 7/2013, as **Portarias GP-CR** nº 55/2013 e 8/2014, as **Portarias GP-VPJ-CR** nºs 2/2012 e 4/2013, os **Provimentos GP-CR** nºs 1/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 9/2013, 10/2013 e 11/2013, as **Recomendações CR** nºs 1/2013 e 2/2013 e as **Recomendações GP-CR** nºs 1/2011, 2/2011, 3/2011, 4/2012, 5/2012, 6/2012 e 1/2013, todos do TRT da 15ª Região;

► tramite imediatamente os processos pendentes de prolação de sentença e análise de incidentes processuais (Comunicado GP/CR nº 31/2012, de 25/4/2012);

► saneie ou mantenha regularizado os bancos de dados do BNDT e do cadastro de CPF/CNPJ, assim como o do Sistema e-Gestão;

► remeta os autos conclusos no prazo de 24 horas (inciso I do artigo 190 do CPC) após concluída a juntada das petições e outros expedientes que devam ser despachados (art. 712 da CLT), ressalvada a hipótese do § 4º do art. 162 do CPC;

► dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:

PROCESSOS	PROVIDÊNCIA(S)
57300-67.2006.5.15.0065	Verificou-se que o processo encontra-se na ocorrência RMA (remetido ao arquivo), porém não consta como ocorrência de nível 1 o ARQ (arquivado), gerando inconsistência no e-Gestão. Determina-se à Secretaria o lançamento da ocorrência pertinente no SAPIG.
80800-46.1998.5.15.0065	Verificou-se que o processo encontra-se no prazo para contestação dos embargos à execução, porém não consta como ocorrência de nível 1 o EXE (execução), gerando inconsistência na variável -34602 do e-Gestão (Liquidação encerrada, mas pendente de finalização na fase de liquidação). Determina-se à Secretaria o lançamento da ocorrência pertinente no SAPIG.
54300-30.2004.5.15.0065	Na ocorrência LNS (lançamento de solução) desde 27/8/2013, sem qualquer ocorrência de nível 3 cadastrada posteriormente à audiência/decisão. Determina-se o lançamento da correta ocorrência posterior (nível 3), assegurando-se a transparência dos atos processuais, o lançamento do prazo pertinente ou a certificação de seu vencimento, se for



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	o caso, e a conclusão para deliberações quanto ao prosseguimento.
210-91.2012.5.15.0065	No prazo para interposição de recurso vencido em 6/2/2014. Determina-se à Secretaria a certificação do vencimento de prazo, o lançamento da ocorrência “TRA”, se for o caso, e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
678-55.2012.5.15.0065	Verificou-se que o processo encontra-se paralisado na ocorrência RCT (recebido pela contadoria) desde 3/2/2014. Determina-se a conclusão dos autos para deliberações e que a Secretaria envie esforços para diminuição do tempo que os processos permanecem sob a análise do calculista.
973-92.2012.5.15.0065	No prazo para pagamento ou garantia do juízo vencido em 21/1/2014. Determina-se à Secretaria a certificação do vencimento de prazo e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
46000-50.2002.5.15.0065	Na ocorrência DES (despacho) desde 14/2/2014, houve o efetivo cumprimento do despacho após a solicitação dos autos pelo Corregedor. Determina-se, que sempre ocorra o cumprimento dos atos processuais de modo concentrado, evitando-se o fracionamento das tarefas que possam ser executadas de uma única vez.
256-80.2012.5.15.0065	No prazo para oposição de embargos à execução vencido em 27/1/2014. Determina-se à Secretaria a certificação do vencimento de prazo e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
918-44.2012.5.15.0065	No prazo para o perito esclarecer o pedido formulado vencido em 4/11/2013. Determina-se à Secretaria a certificação do vencimento de prazo e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
536-17.2013.5.15.0065	Na ocorrência AUD (audiência marcada) desde 11/2/2014, sem qualquer ocorrência de nível 3 cadastrada posteriormente à designação da audiência. Determina-se o lançamento da correta ocorrência posterior (nível 3), assegurando-se a transparência dos atos processuais.
98100-16.2001.5.15.0065	Na ocorrência EXE (execução) desde 4/12/2001. Os autos foram apensados ao processo 98100-16.2001, sem o correto lançamento no SAP1G. Determina-se à Secretaria a regularização do sistema, com a efetivação do lançamento pertinente.

18 – MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO:

a) Índice Geral da Unidade:

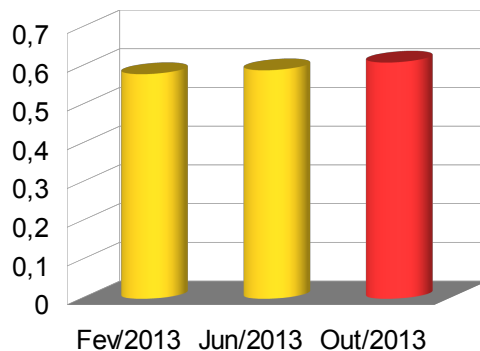
Período de apuração	Índice Geral
Fev/2013	0,58
Jun/2013	0,59
Out/2013	0,61



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



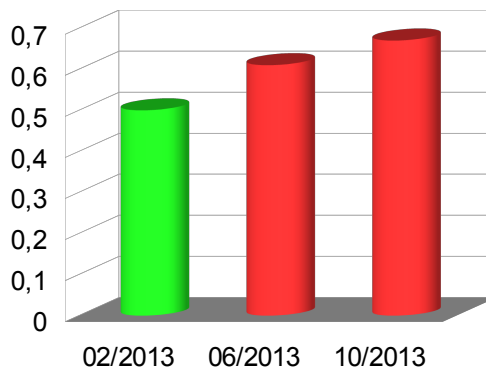
CORREGEDORIA REGIONAL



b) Taxa de congestionamento no conhecimento:

Constata-se que a unidade apresenta taxa de congestionamento crescente.

Data	Índice alcançado
02/2013	0,50
06/2013	0,61
10/2013	0,67



Destaca-se:

► aumento do número de ações ajuizadas:

Ano	Recebidos	Varição (%)	Acumulado (%)
2010	694	-	-
2011	720	(+) 3,75	(+) 3,75
2012	899	(+) 24,86	(+) 29,53



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



2013	882	(-) 1.89	(+) 27,09
------	-----	----------	-----------

► excesso de prazo no agendamento de perícias, assim como na entrega de laudos.
Exemplificativamente, cita-se:

Processo 148-85.2011.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
24/3/2011	Audiência UNA realizada e adiada (designação de perícia)	-
8/6/2011	Protocolo nº4.473/2011 – laudo pericial	-
5/9/2011	Designação de nova perícia	-
24/1/2012	Prazo (perito) – entrega de laudo	25/7/2012
24/9/2012	Prazo (perito) – entrega de laudo	15/10/2012
5/2/2013	Prazo (perito) – agendamento de perícia	25/2/2013
18/3/2013	Prazo (perito) – entrega de laudo	16/5/2013
17/4/2013	Prazo (perito) – entrega de laudo	5/6/2013
17/7/2013	Prazo (perito) – entrega de laudo	5/8/2013
12/9/2013	Prazo (perito) – agendamento de perícia	15/10/2013
26/11/2013	Prazo (perito) – entrega de laudo	7/1/2014
22/1/2014	Protocolo nº323/2014 – laudo pericial	-
7/2/2014	Prazo (reclamante) – impugnação concordância laudo pericial	17/2/2014

Processo 770-04.2010.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
9/12/2010	Audiência INICIAL realizada e adiada (designação de perícia)	-
9/5/2011	Protocolo nº 3.479/2011 – laudo pericial	-
6/7/2011	Designada nova perícia	-
5/8/2011	Prazo (perito) – agendamento de perícia	15/8/2011
9/9/2011	Prazo (perito) – agendamento de perícia	19/9/2011
8/11/2011	Prazo (perito) – agendamento de perícia	18/11/2011
1/12/2011	Prazo (perito) – entrega do laudo	9/1/2012
8/5/2012	Prazo (perito) – entrega do laudo	8/6/2012
23/11/2012	Protocolo nº 9.327/2012 – laudo conhecimento	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



13/5/2013	Conclusos para julgamento	-
-----------	---------------------------	---

► Há 637 processos (posição em 12/2/2014) com prazos vencidos sem certificação (o mais antigo vencido em 17/1/2013 - processo 757-97.2013.5.15.0065). Exemplificativamente, cita-se:

Prazo	Quantidade	Data mais antiga
Cumprimento de acordo	20	30/1/2014
Entrega de laudo pericial	6	7/2/2014
Interposição de recurso	18	28/1/2014
Contrarrazões	8	29/1/2014
Razões finais	2	27/1/2014
Réplica (manifestação sobre a defesa)	3	27/1/2014
Impugnação/concordância laudo pericial (conhecimento)	11	27/1/2014

► Verifica-se inconsistência no lançamento de dados no SAP1G. Exemplificativamente, cita-se:

Processo 126-56.2013.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
17/2/2014	Despacho: “Tendo em vista que não houve o pagamento ou a garantia da execução no prazo legal, diante da ordem estabelecida no art.655 do CPC e do disposto no art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, bem como no art. 2º do Capítulo “BJUD” da C.N.C., determino o bloqueio de valores existentes em nome da parte executada nos bancos, através do sistema BACEN JUD (...)”	-
17/2/2014	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
18/2/2014	Prazo (Órgão externo) – respostas instituições financeiras Obs.: Não houve o lançamento da ocorrência “EXE – iniciada a execução”.	20/2/2014

Processo 722-74.2012.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
31/1/2014	Despacho: “Vistos. Diante do trânsito em julgado, proceda o	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	<i>reclamante à liquidação de sentença (...)”</i>	
31/1/2014	Prazo (reclamante) – apresentação de cálculos Obs.: Não foi lançada a ocorrência “TRA – Trânsito em julgado”, nem a ocorrência “LIQ – Liquidação”.	24/2/2014

Processo 25900-69.2005.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
7/11/2013	Prazo (União) – manifestação do Ministério Público	9/12/2013
19/12/2013	DCA – devolução de carga Obs.: A Corregedoria já emitiu orientação no sentido de que os feitos não fossem mantidos nessa ocorrência, pois tal prática impossibilita a gestão dos processos. Determina-se à Secretaria que, após a devolução dos autos, seja lançada no sistema a real situação do processo, assim como seja dado prosseguimento ao feito com a tomada das providências cabíveis.	-

Determina-se à Secretaria a observância do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para submeter as petições à apreciação do Juiz, nos termos do art. 712 da CLT c/c o art. 190 do CPC, ressalvada a hipótese do § 4º do art. 162 do CPC.

Recomenda-se à Secretaria o controle direto na tramitação dos processos da meta 7 do Plano Estratégico do TRT, assim como dos feitos submetidos ao trâmite preferencial.

Orienta-se à Secretaria que promova o vencimento dos prazos, saneie as inconsistências no SAP1G e que envide esforços na redução de tempo na realização das tarefas que lhe são afeitas.

Orienta-se, ainda, o acompanhamento dos prazos para realização de perícias e cobrança de cargas vencidas, informando ao Juízo os excessos de prazos com vistas à substituição e/ou destituição de peritos.

Orienta-se, por fim, que após a devolução dos autos, seja lançada no sistema a real situação do processo, assim como seja dado prosseguimento ao feito com a tomada de providências cabíveis.



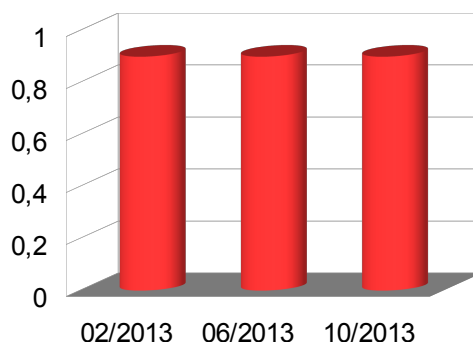
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

c) Taxa de congestionamento na execução:

Data	Índice alcançado
02/2013	0,90
06/2013	0,90
10/2013	0,90



Destaca-se:

► no período de junho a dezembro/2013, constatou-se o encerramento da execução de 184 processos no prazo médio de 1.665,58 dias (4,5 anos). Cita-se, exemplificativamente:

Processo .27100-09.2008.5.15.0065 (Tramitação preferencial – Rito Sumaríssimo)

Data	Ocorrência	Vencimento
28/5/2009	Iniciada a execução	-
7/1/2010	Decisão dos embargos à execução opostos pela reclamada	-
22/2/2010	Denegado seguimento ao agravo de petição interposto pela reclamada	-
21/10/2010	Homologado acordo	-
7/7/2011	Despacho: “Vistos. Não tendo havido denúncia de inadimplemento, presume-se cumprido o acordo em relação ao crédito do reclamante. Eis que a executada não comprovou os recolhimentos da contribuição previdenciária e das custas processuais no prazo fixado na Ata de fls.336, fica-lhe concedido o prazo suplementar de quinze dias (...), sob pena de prosseguimento da execução em relação a essas verbas.”	-
13/7/2011	Prazo (reclamada) – comprovação de recolhimento do INSS	4/8/2011
3/8/2012	Prazo (Órgão externo) – respostas instituições financeiras	7/8/2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



25/9/2012	Despacho: “ <i>Diante do resultado negativo do leilão, conforme supracertificado, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 16 (dezesseis) dias, com vistas ao prosseguimento da execução.</i> ”	-
26/9/2012	Prazo (União) – manifestação	11/10/2012
15/3/2013	Prazo (Órgão externo) – respostas instituições financeiras	19/3/2013
12/9/2013	Prazo (reclamada) – apresentação de guia de recolhimento (INSS)	23/9/2013
13/12/2013	Prazo (Órgão externo) – respostas instituições financeiras	17/12/2013
19/12/2013'	Protocolo nº 10260/2013 – comprovante de depósito	-
8/1/2014	Extinta a execução, autos arquivados definitivamente	-

► excesso de prazo na liquidação de sentença. Exemplificativamente, cita-se:

Processo 395-03.2010.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
6/5/2013	Liquidação por cálculos	-
7/5/2013	Prazo (reclamada) – apresentação de cálculos	3/6/2013
17/7/2013	Prazo (reclamante) – apresentação de cálculos	31/7/2013
20/8/2013	Prazo (reclamante) – apresentação de cálculos	11/9/2013
8/10/2013	Prazo (reclamante) – retificação de cálculos	30/10/2013
20/11/2013	RCT - recebido pela contadoria	-
12/12/2013	Nomeação de perito	-
12/12/2013	Prazo (perito) – entrega de laudo contábil	25/2/2014

Processo 65600-13.2009.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
2/12/2011	Liquidação por cálculos	-
16/12/2011	Prazo (reclamada) – apresentação de cálculos	20/1/2012
6/6/2013	Prazo (reclamante) – retificação de cálculos	20/6/2013
21/7/2013	Prazo (reclamante) – apresentação de cálculos	5/8/2013
30/8/2013	Prazo (reclamada) – impugnação/concordância cálculos	19/9/2013
8/10/2013	Prazo (reclamante) – impugnação/concordância cálculos	30/10/2013
26/11/2013	RCT – recebido pela contadoria	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



12/12/2013	Prazo (reclamada) – impugnação/concordância cálculos	3/2/2014
------------	--	----------

► excesso de prazo com oficial de justiça e utilização desfragmentada das ferramentas eletrônicas. Exemplificativamente, cita-se:

Processo 476-15.2011.5.15.0065

Data	Ocorrência	Vencimento
25/9/2012	Iniciada a execução	-
4/10/2012	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
18/10/2012	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
18/10/2012	Despacho: “ <i>Vistos. Tendo em vista que não houve o pagamento ou a garantia da execução no prazo legal, diante da ordem estabelecida no art.655 do CPC e do disposto no art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, bem como no art. 2º do Capítulo “BJUD”</i> ”.	-
18/10/2012	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
8/11/2012	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
3/12/2012	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
19/12/2012	Prazo (União) – retirada dos autos para manifestação	29/1/2013
27/2/2013	Expedido mandado	-
4/3/2013	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
15/3/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
25/3/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
15/4/2013	Deferido prazo suplementar ao oficial de justiça para cumprimento do mandado nº 58/2013	-
26/4/2013	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
17/5/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
29/5/2013	Deferido prazo suplementar ao oficial de justiça para cumprimento do mandado nº 58/2013	-
19/6/2013	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
15/7/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
15/7/2013	Despacho: “ <i>Tendo em vista que não houve o pagamento ou a garantia da execução no prazo legal, diante da ordem estabelecida no art.655 do CPC e do disposto no art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da</i>	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



	<i>Justiça do Trabalho, bem como no art. 2º do Capítulo "BJUD"</i>	
17/7/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
2/8/2013	Prazo (terceiro) – respostas instituições financeiras	-
9/8/2013	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
13/9/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
17/9/2013	Deferido prazo suplementar ao oficial de justiça para cumprimento do mandado nº 58/2013	-
23/9/2013	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
11/11/2013	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
17/12/2013	Reencaminhado o mandado nº 58/2013 ao oficial de justiça	-
8/1/2014	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
15/1/2014	ROS – remetido do oficial à secretaria	-
28/1/2014	ROJ – remetido ao oficial de justiça	-
20/2/2014	ROS – remetido do oficial à secretaria	-

► Há 637 processos (posição em 12/2/2014) com prazos vencidos sem certificação (o mais antigo vencido em 17/1/2013 - processo 757-97.2013.5.15.0065). Exemplificativamente, cita-se:

Prazo	Quantidade	Data mais antiga
Respostas instituições financeiras	9	29/1/2014
Impugnação/Concordância – Cálculos/Laudo	25	28/1/2014
Interposição de agravo de petição	3	30/1/2014
Oposição de Embargos à Execução	11	27/1/2014
Oposição de Embargos à Penhora	4	3/2/2014
Pagamento ou Garantia da Execução	14	21/1/2014
Indicação de bens	31	8/11/2013

► Há registro de 68 petições (posição em 20/2/2014) sem ciência (a mais antiga data de 31/8/2009 – processo 21000-38.2008.5.15.0065). Exemplificativamente, cita-se:

Tipo de Petição	Quantidade	Data mais antiga
------------------------	-------------------	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL



CA – Cálculo das Partes	1	14/2/2014
GDE – Guia de Depósito (Pagamento de Execução)	4	11/2/2014
GRC – Guia de recolhimento	3	12/8/2013
DPL – designação praça/leilão	1	13/1/2014
EE – Embargos à Execução (Penhora)	1	18/2/2014

Orienta-se, ainda, o acompanhamento dos prazos para realização de perícias e cobrança de cargas vencidas, informando ao Juízo os excessos de prazos com vistas à substituição e/ou destituição de peritos.

Recomenda-se à Secretaria que envide esforços na redução do prazo em que as tarefas são realizadas, assim como ao Calculista e Oficiais de Justiça

Recomenda-se ao Juízo a adoção do procedimento premiado (2º lugar) na 2ª Mostra de Boas Práticas Yvelize Borges, intitulado “Utilização ágil de ferramenta eletrônica”, disponível no sítio do TRT da 15ª Região.

19 – ATENDIMENTOS:

- Guilherme Olsen Franchi, OAB/SP nº 73.052, Diretor Tesoureiro da OAB – Subseção de Tupã;

- Andresa Aparecida Gomes de Carvalho Tenório, OAB/SP nº 164.114, representante do Sindicato dos Empregados Rurais de Tupã e Região;

- Ademar Pinheiro Sanches, OAB/SP nº 36.930, ex-presidente da OAB – Subseção de Tupã, que elogiou a condução dos trabalhos pelo Juiz Titular da Unidade.



CORREGEDORIA REGIONAL

20 - OBSERVAÇÕES GERAIS:

a) Foi informado pelo Juiz Titular Pedro Marcos Olivier Sanzovo que reside na sede da Unidade da jurisdição;

b) Foi informado pelo Diretor de Secretaria que:

▶ não existem autos de processos extraviados, assim como determinação de conclusão sem cumprimento ou processos com autuação pendente;

▶ não possui sob sua subordinação e não está subordinado(a) a servidor, aprovado em concurso público ou não, ocupante de cargo de chefia, direção ou assessoramento ou, ainda, a Magistrado(a) que seja seu cônjuge, companheiro(a) ou parente natural e civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e parente por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau do cônjuge ou companheiro(a); **Informou também que a 1ª Assistente de Diretor, servidora Soraia Raquel Sato Kawano, é esposa do servidor Roberto Mitsuo Kawano, executante requisitado do município. Em face da informação e considerando que referida servidora substitui o gestor da unidade em suas ausências e impedimentos, inclusive ocasionais, configura-se a prática de nepotismo. Em decorrência, oficie-se ao Presidente do Tribunal para adoção das medidas cabíveis.**

▶ os serviços terceirizados são utilizados exclusivamente nas funções em que foram contratados;

▶ o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

▶ os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores, assim como os relatórios de Ofícios de Justiça estão de acordo com as normas deste Regional.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



CORREGEDORIA REGIONAL

22 - ENCERRAMENTO:

Às 12 horas do dia 27 do mês de fevereiro de 2014 encerraram-se os trabalhos, e eu, _____ Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata, que depois de lida, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional e MM. Juiz Titular de Vara do Trabalho

**DESEMBARGADOR EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
CORREGEDOR REGIONAL DO TRT DA 15ª REGIÃO**

JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO